

Novo titular da Justiça

Lewandowski tem histórico de votos favoráveis a petistas no STF

Decisões beneficiaram alvos do mensalão e da Lava Jato; ele ainda ajudou no acordo para Dilma manter os direitos políticos

GABRIEL DE SOUSA
BRASÍLIA

O novo ministro da Justiça e Segurança Pública, Ricardo Lewandowski, colecionou decisões favoráveis ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva e ao PT nos 17 anos que ocupou uma cadeira no Supremo Tribunal Federal (STF). Indicado para a Corte por Lula em 2006, Lewandowski teve entendimentos que beneficiaram investigados no mensalão e na Operação Lava Jato.

Aposentado do Supremo em abril do ano passado, Lewandowski conhece Lula desde quando o petista era sindicalista, na década de 1970, em São Bernardo do Campo, no ABC paulista. A posse do novo ministro da Justiça será no dia 1.º de fevereiro porque, antes, Lewandowski precisa resolver compromissos particulares. Na lista está a saída de seu escritório de advocacia.

PARCIALIDADE DE MORO. Durante a passagem de Lewandowski no Supremo, a decisão considerada de maior impacto foi a declaração de parcialidade do então juiz Sérgio Moro — hoje senador do União Brasil pelo Paraná — na condução de ações da Lava Jato envolvendo Lula. O voto favorável dele, além do de Gilmar Mendes e Cármen Lúcia na Segunda Turma do STF, em 2021, permitiu que o petista se candidatassem à Presidência em 2022.



Ricardo Lewandowski no Planalto, na quinta-feira, quando foi anunciado como novo ministro da Justiça

MENSALÃO. Revisor no STF do julgamento do mensalão — esquema de compra de votos no Congresso durante o primeiro mandato de Lula na Presidência —, Lewandowski votou, em 2012, pela absolvição do ex-ministro da Casa Civil José Dirceu e do ex-presidente do PT José Genoíno. Os dois haviam sido acusados pelo crime de corrupção passiva.

O então ministro argumentou que não havia provas que atestassem que Dirceu comandou o esquema de pagamento de “mesadas” a parlamentares em troca de apoio ao governo petista, e que as acusações eram “mais políticas do que só estritamente jurídicas”. No caso de Genoíno, Lewandowski disse que ele assinou empréstimos de um banco para o PT apenas na condição de presidente da legenda.

Apesar do posicionamento

favorável de Lewandowski aos réus petistas, Dirceu foi condenado a dez anos e dez meses de reclusão e Genoíno, a seis anos e 11 meses de prisão.

ANULAÇÃO DE PROVAS. Em 2021, Lewandowski acatou um pedido da defesa de Lula, comandada pelo advogado Cristiano Zanin (que ingressou no Supremo na vaga deixada pelo próprio Lewandowski), e anulou provas contra o petista obtidas em acordo de leniência celebrado entre a Odebrecht e o Ministério Público Federal (MPF). Os documentos apontavam pagamento de propina na compra de um terreno para o Instituto Lula, em São Paulo. Segundo Lewandowski, as ações analisadas pelo plenário do Supremo nos casos referentes à suspeição de Moro e à incompetência da 13.ª Vara Federal de Curitiba para julgar Lula

“Cumprir o meu dever e as críticas fazem parte. O juiz vota de acordo com sua consciência, com as leis e com a Constituição”

Ricardo Lewandowski
Então ministro do STF, em 2012, sobre o voto para absolver petistas no mensalão

caracterizavam “causa de nulidade absoluta”. “Houve a persecução penal do paciente em cenário permeado pelas marcantes atuações parciais e ilegítimas do ex-juiz Sérgio Fernando Moro”, afirmou Lewandowski. Em abril de 2021, o STF derrubou as condenações

impostas a Lula na Lava Jato, deixando o petista elegível.

OPERAÇÃO SPOOFING. Em dezembro de 2020, Lewandowski concedeu à defesa de Lula o acesso a conversas atribuídas a Moro e ao ex-procurador da República Deltan Dallagnol. Os diálogos haviam sido obtidos na Operação Spoofing, que apurou a invasão de celulares de autoridades.

O material obtido foi responsável por dar início à derrocada da Lava Jato, com a revisão de uma série de decisões tomadas no âmbito da operação. Em novembro do ano passado, a J&F, dos irmãos Joesley e Wesley Batista, pediu ao STF que reconheça que a holding “foi vítima dos abusos praticados” na Lava Jato. A companhia solicitou a suspensão do pagamento do acordo de leniência fechado pelo grupo em 2017. O valor inicial do acerto era de R\$ 10,3 bilhões.

DIREITOS POLÍTICOS DE DILMA.

Em 2016, quando era presidente do STF, Lewandowski comandou o julgamento que levou ao impeachment da então presidente Dilma Rousseff (PT). Ele permitiu, a pedido de aliados da petista, que os senadores votassem separadamente a cassação e a suspensão dos direitos políticos. Assim, Dilma foi cassada, mas manteve a prerrogativa de disputar eleições e assumir cargos na administração pública.

LEI DAS ESTATAIS. Pouco antes de se aposentar, em 2023, Lewandowski suspendeu trechos da Lei das Estatais e abriu caminho para a indicação de políticos em empresas públicas, tema de interesse do governo Lula. A lei foi aprovada em 2016, no governo de Michel Temer (MDB), após investigações apontarem o uso político de empresas públicas para a prática de corrupção.

Lewandowski acolheu parcialmente ação do PCdoB — sigla da base de Lula — para derrubar a “quarentena” de três anos imposta a políticos. ●

Moro e Deltan ironizam escolha de ex-ministro

RAYANDERSON GUERRA
RIO

O senador Sérgio Moro (União Brasil-PR) e o ex-deputado Deltan Dallagnol (Novo-PR), cassado por fraude contra a Lei da Ficha Limpa, ironizaram a escolha do ministro aposentado do Supremo Tribunal Federal (STF) Ricardo Lewandowski para o Ministério da Justiça no governo do presidente Luiz Inácio Lula da

Silva. Moro — que foi considerado suspeito para julgar o petista nos processos da Lava Jato enquanto juiz federal — afirmou que fica “entendido que não é suspeição” aceitar cargo em ministério.

A postagem de Moro é uma referência às críticas que ele sofreu ao assumir, em 2019, o cargo de ministro da Justiça no governo do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL), após decisões na Lava Jato que condenaram Lula e o tiraram da corrida elei-

toral. As decisões do ministro, no entanto, foram revistas e anuladas pelo STF. A Corte entendeu que os casos não eram da competência da Vara Federal de Curitiba comandada por Moro e julgaram ainda que o então juiz federal foi parcial.

Durante o julgamento no Supremo que considerou Moro suspeito em 2021, o então ministro Ricardo Lewandowski afirmou que ficou demonstrada a “indisfarçada parcialidade de todos os atores institucionais que atuaram na condenação de Lula”. Para Lewandowski, Moro não apenas agiu com suspeição e parcialidade como praticou abuso de poder.

Já Deltan, que foi um dos procuradores responsáveis pe-

las acusações contra Lula na Lava Jato, disse que Lewandowski beneficiou o atual presidente e o PT em decisões judiciais “que abriram o cami-

‘Entendido’
Moro fez referência às críticas que sofreu ao assumir como ministro da Justiça de Bolsonaro

nho para que Lula se livrasse das ações penais e condenações criminais”.

‘FUNDAMENTOS’. “A mesma situação agora vivida por Lewandowski foi usada pelo STF como um dos principais funda-

mentos para anular as sentenças de Sérgio Moro contra Lula: o tribunal viu parcialidade de Moro ao aceitar se tornar ministro da Justiça de Bolsonaro, depois de ter tomado decisões contra Lula”, afirmou Deltan na publicação.

Após deixar o posto de procurador, Deltan ingressou na política e se elegeu deputado federal pelo Paraná. No ano passado, ele foi cassado. Na época, o ex-procurador vinculou a cassação de sua candidatura a uma reação do “sistema corrupto” contra a atuação da força-tarefa. “Os principais atos de desmonte da Lava Jato começaram de 2019 para cá, com decisões do STF e do Congresso”, afirmou. ●